

Na região, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Almeirim (14,6%) e Prainha (8,6%); e as menores foram registradas em Santarém (0,9%) e Mojuí dos Campos (1,1%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região Baixo Amazonas, o município de Almeirim destaca-se com a maior taxa de distorção no ensino fundamental, 39,7%, eo município de Terra Santa, com a menor taxa, 18%, No ensino médio, a pior taxa registrou-se no município de Óbidos, 60,1%, e a menor distorção em Santarém, 35,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os ensinos Fundamental e Médio - Brasil, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Baixo Amazonas	27,6	46,5
Alenquer	31,9	46,4
Almeirim	39,7	59,0
Belterra	32,8	50,4
Curuá	24,8	46,6
Faro	25,4	36,1
Juruti	22,5	50,8
Mojuí dos Campos	25,1	40,5
Monte Alegre	27,5	38,9
Óbidos	28,9	60,1
Oriximiná	27,7	42,1
Prainha	35,0	59,2
Santarém	20,0	35,7
Terra Santa	18,0	39,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi de 19,25, superior ao Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas, naquele ano, foram Alenquer (26,50), Faro (26,14) e Monte Alegre (25,34). Por outro lado, Terra Santa (10,60), Óbidos (11,81) e Prainha (12,85) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da Região de Integração. Em 2018, na RI Baixo Amazonas, constavam 1.628 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (cobertura de todos os municípios da RI foi de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, as 134 implantadas na RI, em 2018, equivalem a uma proporção de cobertura média de 70,41%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13. Destacam-se municípios de Belterra, Curuá e Faro, onde a cobertura chega a 100%, enquanto em Alenquer e Monte Alegre, a cobertura é de apenas 37,47% e 48,88%, respectivamente.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	19,25
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,41
Hospitais - 2018	6.687	247	20
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,08
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,56

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

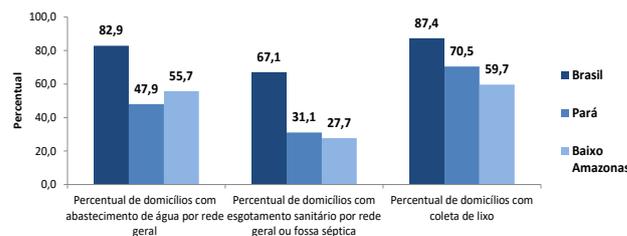
Verificando os indicadores de infraestrutura, a região conta com 20 hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado), destacando-se o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, em Santarém, referência no Norte do Brasil no tratamento de câncer. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,08, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes foi menor na RI, 1,56, em comparação a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que essa tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, em 2010. Observou-se naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 55,7% dos domicílios. Apenas 27,7% do total de domicílios na região eram cobertos com o serviço de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 59,7% desses, com coleta de lixo. Proporcionalmente, o serviço de abastecimento de água na RI Baixo Amazonas tinha maior cobertura que no estado.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, o qual procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em relação ao abastecimento, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito municípios (Alenquer, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) dos treze que compõem a RI Baixo Amazonas.

Quanto à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando aproximadamente 23% do total de domicílios do estado. Na Região de Integração Baixo Amazonas, esse déficit era de 21% do total de domicílios da região. Em 2010, o componente “domicílios precários” correspondia a 46% do déficit total do estado, e 46,7% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 40,9% na região. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 7,9% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados alcançou 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,5% na RI Baixo Amazonas.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI BAIXO AMAZONAS	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,8	32.770	21,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	15.538	46,7
Coabitação Familiar	168.684	39,2	13.627	40,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.621	7,9
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.498	4,5
Total de Domicílios	1.859.165		156.041	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa de mortes por acidentes no trânsito) foram analisados. Em 2017, a RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil em relação aos três indicadores.

A taxa de homicídios (por cem mil habitantes), no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 20,96. Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas, 30,04 e 27,11 homicídios, respectivamente, em contraposição a Juruti e Curuá, que figuraram com as menores taxas, 7,10 e 7,14 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem (por 100 mil jovens), em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (41,12 homicídios a cada 100 mil jovens). Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 56,67 e 53,60 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Por outro lado, Curuá, Faro e Terra Santa não apresentaram casos de homicídio de jovens.